

--- Aos trinta dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dez, pelas vinte e uma horas e vinte e cinco minutos, no Edifício do Auditório da Casa da Música, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

--- Ponto número um – Período antes da ordem do dia;-----

--- Ponto número dois – Apreciação e eventual aprovação da Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento, PAM e PPI, para dois mil e dez (vigésima modificação);-----

--- Ponto número três – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis, Derrama, IRS e Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para o ano de dois mil e onze;-----

--- Ponto número quatro – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adesão do Município de Óbidos à QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais;-----

--- Ponto número cinco – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adesão do Município de Óbidos à FAB LABS PORTUGAL ASSOCIAÇÃO;-----

--- Ponto número seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Adesão do Município de Óbidos à REC – Associação Rede Economias Criativas;-----

--- Ponto número sete – Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Protocolo Intermunicipal da Equipa de Sapadores Florestais;-----

--- Ponto número oito – Apreciação e eventual aprovação da realização de despesa do Concurso Público Internacional para Fornecimento em Contínuo de Refeições ao Serviço Municipal de Refeições de Óbidos (SMRO);-----

--- Ponto número nove – Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Quota Anual, para conhecimento;-----

--- Ponto número dez – Protocolo e Promessa de Doação de Terreno para Construção – Igreja das Gaeiras, para conhecimento;-----

--- Ponto número onze – Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município, de acordo com a alínea e) do número um do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove de dezoito de Setembro, com a redacção dada pela Lei número cinco A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro;-----

--- Ponto número doze – Período fora da ordem do dia – Intervenção do Público.-----

--- Tendo-se procedido à chamada, verificou-se a ausência da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues, que foi substituída pelo Senhor Deputado João Maria Gama Lourenço, dos Senhores Deputados Luís Carlos Guimarães de Carvalho e José Luís Rocha de Oliveira, os quais foram substituídos pelos Senhores Deputados José Carlos Carvalho e Alexandre dos Santos Ferreira, respectivamente, e dos Senhores Deputados Sérgio Cláudio Correia Félix e Joaquim Elias Timóteo Carlos.-----

--- Como havia quórum, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu a correspondência recebida, que foi a seguinte: Carta de justificação de falta da Senhora Deputada Ana Catarina Brás de Carvalho e carta de justificação de falta do Senhor Deputado Joaquim Elias Timóteo Carlos à reunião de vinte e cinco de Junho do corrente ano; Carta de justificação de falta da Senhora Deputada Maria Cristina Fernandes Rodrigues à presente reunião; Carta da família de José Capinha, agradecendo o voto de pesar; Carta da família e da Fundação José Saramago, agradecendo o voto de pesar; Carta do Grupo Municipal do Partido Socialista, solicitando que as apresentações do Regulamento e Tabela de Taxas do Município e da Prestação de Contas do ano de dois mil e nove, com recurso a PowerPoint, lhes sejam facultadas; Convite da Sociedade Filarmónica e Recreativa Gaeirense e boletins da Associação Nacional de Municípios

Portugueses. Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados, para consulta.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pôs à discussão e votação as actas número dez, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove, número um, de vinte e cinco de Fevereiro, número dois, de doze de Março, número três, de trinta de Abril e número quatro, de vinte e cinco de Junho, do corrente ano.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que as três primeiras actas foram-lhe entregues no próprio dia da Assembleia Municipal e as duas últimas quarenta e oito horas antes. As actas devem ser sempre aprovadas na sessão seguinte.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço pediu à Mesa se podia ter mais atenção, em relação às actas. As actas deviam ser resumidas, o mais possível, aos pontos essenciais, mais sintéticas, para poderem ter uma acta que controle o que se passou na Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que não subscreve o entendimento do Senhor Deputado João Lourenço. Acha que as actas são muitíssimo exaustivas e muitíssimo bem elaboradas. É com agrado que verificam o trabalho, excelente, que tem sido feito. Não têm nada a opor, no sentido de serem mais pequenas. A metodologia que tem sido seguida, parece-lhe boa.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço perguntou se houver alguma dúvida acerca do que está nas actas, como é que é esclarecida.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que vão fazer tudo o que estiver ao alcance dos serviços para, quer no tempo, quer no conteúdo, procurarem que algumas das questões que foram colocadas sejam devidamente ultrapassadas. As actas têm valor jurídico depois de aprovadas. Nela constam um conjunto de actos que têm valor jurídico desde que sigam a tramitação jurídica, ou administrativa, respectiva. Depois de aprovadas são observadas, tendo por base um conjunto de princípios gerais do direito.-----

--- Como não houve mais intervenções, passou-se à votação das actas.-----

--- Acta número dez, de vinte e oito de Dezembro de dois mil e nove. Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade. -----

--- Acta número um, de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dez. Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Acta número dois, de doze de Março de dois mil e dez. Aprovada por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

Acta número três, de trinta de Abril de dois mil e dez. Aprovada por maioria, com vinte e seis votos a favor e duas abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- Acta número quatro, de vinte e cinco de Junho de dois mil e dez. Aprovada por maioria, com vinte e dois votos a favor e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO UM – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: - O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal leu um requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Custódio Santos, eleito pelo PCP, com o seguinte teor: “Em virtude da informação verdadeira ou falsa, ou eventualmente boatos, ou seja lá o que for que corre pelo Concelho e fora dele no que concerne a atrasos bastante significativos por parte da Câmara Municipal de Óbidos, nos pagamentos a fornecedores, empreiteiros, prestadores de serviços e outros, consideramos de extrema importância a informação que nos termos da alínea e) do número um, do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com redacção dada pela número cinco A, barra, dois mil e dois, de onze de Janeiro, deve ser dada pelo Senhor Presidente da Câmara, requeiro que o ponto onze da Ordem de Trabalhos – informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade do Município -, passe para o número dois da referida Ordem de Trabalhos.”. Disse que nos

termos do Código do Procedimento Administrativo é possível, após discussão e deliberação, com uma maioria qualificada, proceder-se à alteração da Ordem de Trabalhos, quer à inversão de alguns pontos da mesma, quer, também, a inclusão de novos pontos na ordem de trabalhos. A Mesa aceita o requerimento, porque preenche os requisitos legais, e abre a discussão, antes da sua respectiva votação.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que já recebeu alguma informação sobre a dívida da Câmara Municipal a fornecedores e a prestadores de serviços.-----

--- Como não houve mais intervenções, passou-se à votação, tendo o requerimento sido reprovado, por maioria, com dezoito votos contra, um voto a favor e sete abstenções.-----

--- O Senhor Deputado Fernando Silva disse que se congratula, por, a nível de educação, terem completado, no dia onze de Setembro, o reordenamento da rede escolar. Fizeram-no sem terem indicações superiores da tutela. Fizeram-no com a sua própria vontade e o seu próprio carinho e confiança. Neste momento têm dez jardins-de-infância, três complexos escolares, e uma escola básica do terceiro ciclo e secundário. Este conjunto de equipamentos educativos dá resposta a um projecto educativo que pretende ser diferente e inovador. São verdadeiras estruturas educativas, capazes de dar resposta a qualquer nível de ensino no Concelho. Esta é a grande diferença relativamente ao modelo dos centros educativos que existem espalhados pelo País. Realçou o facto de esta diferença ter as suas consequências no próprio sistema. Por isso, os complexos escolares dão resposta, para além do primeiro ciclo do ensino básico, ao segundo ciclo do ensino básico. Tudo isto foi feito com um grande investimento por parte da Câmara Municipal, na ordem dos nove milhões de euros. Apesar do projecto da rede educativa não estar completo, porque ainda falta a Escola Josefa de Óbidos, setenta e cinco por cento da rede escolar, em termos de edifícios novos, edifícios capazes, edifícios modernos, dão resposta a um projecto educativo centrado nos alunos e que tem, acima de tudo, a ideia da participação activa da comunidade educativa. Deixou os seus agradecimentos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Câmara Municipal pelo trabalho que têm feito ao nível da educação e têm, nos últimos anos, construído um modelo que vai ter o seu sucesso - em termos de sucesso educativo e, naturalmente, sucesso escolar. Espera que todos os Deputados Municipais contribuam para que esta obra seja completa, fazendo um esforço para que as obras de requalificação da Josefa de Óbidos sejam uma realidade. O crescimento populacional educativo no Concelho foi, nos últimos anos, enorme. Passaram em cinco, seis anos, quase para o dobro de alunos. É necessário alargar o espaço da Josefa de Óbidos para continuarem a corresponder às necessidades do secundário, que vai ser obrigatório, até aos dezoito anos.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que o Senhor Vereador Humberto Marques preocupou-se com o circo que veio a Óbidos e mandou-o para lá do Senhor da Pedra, porque não o queria em Óbidos, dado que tirava a visibilidade à Vila. Há uma série de situações com as quais o Senhor Vereador e a Câmara Municipal não se importam, como sejam o canil municipal, uma cabra que foi para junto dos gamos, o saneamento básico na Usseira, o aumento da taxa da limpeza das fossas, a Praça Primeiro de Maio em Óbidos, a ponte da Capeleira, a ponte sobre a barragem do Rio Arnóia, a estrada dos Casais Brancos / Gracieira, que deve ser encerrada imediatamente, os assaltos no Olho Marinho, a falta de segurança nas aldeias, as máquinas da Câmara Municipal que não podem trabalhar por falta de equipamentos e têm que ficar sem gasóleo e as vedações das fazendas a ocuparem a via pública.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o Grupo Municipal do PS também se congratula pelo alargamento do parque escolar. O Professor Fernando Jorge tem uma dedicação total à escola. A vida dele é a escola. A escola não é só o edificado, é também todo o movimento que gera, de professores, de horários, de ATL, etc.. Ele é a peça fundamental em tudo isto. Como se preocupa só em trabalhar e não se preocupa tanto em mostrar-se, às vezes esquecem-se

dessa parte. Era para dar uma nota pública, de apreço e de respeito por todo o trabalho que o Professor Fernando Jorge tem desenvolvido. Para elaboração de horários e conjugação entre estes e os ATL, é muito mais fácil quando são as Câmaras Municipais, que são donas do parque escolar, do que quando o parque escolar é da propriedade do Ministério da Educação. É muito mais fácil articular os horários, as horas e as carrinhas, porque está tudo dentro da mesma alçada e trabalha tudo em conjunto.-----

--- A Senhora Deputada Celeste Afonso disse que quando iniciaram mais um ano lectivo e o iniciaram da forma como iniciaram, tão bem, com a abertura de dois complexos escolares, não pôde deixar de sentir, enquanto professora, mas também enquanto munícipe, um grande apreço por tudo quanto tem sido feito, quer pela comunidade educativa, mas acima de tudo, e por vezes esquecem-se, pelo Município. A abertura destes dois novos complexos escolares, mais do que dois belos espaços, espelha um modelo educativo que há muito foi pensado para Óbidos. Foi pensado e teimosamente - muitas vezes contra todos, ou quase todos - o Executivo insistiu em aplicá-lo. O que vêem é que estes complexos escolares vieram alterar a prática educativa. Quando inauguraram o Complexo dos Arcos, a título de gracejo, muitos diziam que todo aquele equipamento de ponta, equipamento ao nível das melhores escolas da Europa, iria ficar ali, sem qualquer tipo de utilidade. Os professores aceitaram o desafio. A Câmara Municipal abriu, traçou e apontou um caminho, que na maioria dos casos não estava no horizonte dos professores, dos membros da comunidade educativa. A partir do momento em que se viram com toda esta tecnologia, sentiram que era, de facto, uma mais-valia e tinham que apostar nela. Os professores, novos e velhos, apostaram na formação, abraçaram este projecto e hoje vêem que os alunos têm uma educação de qualidade. O equipamento não está apenas a enfeitar os espaços, os complexos. É utilizado em prol de uma melhor educação. Este Executivo obrigou os docentes a entrarem neste desafio, que hoje está ganho. O modelo educativo que o Município apontou, que o agrupamento de escolas abraçou, é centrado no aluno, num ensino indutivo, num ensino de experimentação. Os dividendos serão conhecidos no futuro, ao nível dos jovens, mas também ao nível de toda a comunidade, de toda a população que tem acesso a esta nova forma de fazer educação.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço leu a intervenção que a seguir se transcreve: “O Grupo Municipal do PS continua a considerar ser seu dever centrar nesta Assembleia o debate leal, franco e frontal de todas as questões que preocupam o Concelho. A razão de apresentar tal confronto de ideias através de texto escrito tem por fim evitar uma alteração com expressões injuriosas e conseguir uma economia de tempo e de forma para que as sessões não se prolonguem para lá da meia-noite. Sabemos que os problemas que afligem a autarquia não se resumem à sede do Concelho. Mas a verdade é que, quer se queira, quer não, se não fosse a Vila amuralhada, nossa raiz e referência, o Concelho não teria a importância e a projecção de que dispõe. O núcleo urbano continua a ser residência de várias famílias e local de emprego e modo de subsistência de muitos mais. Ora, quem hoje lança um olhar atento sobre a Vila e as suas gentes não pode silenciar o que constata. O nível de limpeza e arranjo dos edifícios baixou a um ponto que há muito tempo não se via. Quase nenhum edifício público foi caiado nos últimos anos, o mesmo sucedendo com as igrejas, ponto de especial referência da Vila e que desde sempre foram caiadas pela Câmara. Reconhecemos que o problema do trânsito intramuros é das mais complicadas questões a resolver. Desde sempre assim foi, e todas as Câmaras se têm esforçado por o solucionar. No corrente ano, porém, nem sequer o selo dos residentes foi actualizado, vigorando o de dois mil e nove. Qualquer pessoa entra na Vila e estaciona, violando descaradamente os sinais de proibição de trânsito. A Câmara, este ano, demitiu-se completamente de solucionar ou acudir à circulação dentro de Óbidos. Doutras problemas se queixa a população do Concelho, como os frequentes rebentamentos dos canos de água, a

continuação em serviço de tubagens em fibrocimento que hoje se sabe serem desaconselháveis por razões de saúde pública, ou a falta de adequada manutenção do sistema de televisão por cabo na Vila de Óbidos. No Concelho, há mais de uma dezena de locais onde as repetidas promessas de construção de redes de esgotos tardam. Em contrapartida, a nova taxa camarária para despejar as fossas aumentou para o dobro, o que para além de ter sido denunciado pelo Grupo do PS, já motivou protesto popular na última sessão pública da Câmara Municipal, realizada no passado dia vinte e dois deste mês, na Usseira. Estas questões, podendo haver quem as não considere essenciais, devem ter solução, sendo certo que não serão os grandes problemas estruturais do Concelho. Aliás, não fora o progressivo endividamento da Autarquia, teríamos de considerar que o mais importante acontecimento deste ano é a inauguração das duas Escolas Novas. Embora com um ano de atraso face ao prometido e com trabalhos a mais evitáveis, a verdade é que se trata de duas obras de que todos nos temos de regozijar e cujo mérito não pode deixar de caber à Câmara. Na linha do que aconteceu em outros Municípios, o que permite que em Portugal, neste novo ano lectivo entrem em serviço trezentas e trinta e três novas escolas. As novas escolas, são, inequivocamente, uma esperança para futuro da nossa juventude. Só que, lamentavelmente, a situação económica da autarquia teima em ensombrar os constantes festejos e eventos. Que, aliás, por serem constantes são mais uma torneira de despesismo numa situação tão degradada como aquela em que o país está. Com efeito, face ao ano passado, o endividamento da Câmara subiu em milhões de euros. Continuamos a aguardar que seja divulgada a evolução da execução orçamental deste ano, pedida desde a Primavera, e relativamente ao orçamento de quarenta milhões de euros que a Câmara fez divulgar na imprensa como sendo a resposta à crise. Esta Casa tem de continuar a manter-se como uma tribuna livre por mais que isso nos sujeite a desconsiderações e insultos. E é exactamente por isso que esta Assembleia deve ser dignificada e prestigiada, e não aceitaremos nunca que os assuntos sejam anunciados e debatidos na opinião pública sem que os autarcas, membros desta Assembleia, sejam ouvidos em primeiro lugar. É que, sem ser dado conhecimento prévio aos membros da autarquia, são, por vezes, anunciadas medidas importantes. Designadamente, foi publicado que se preparava a instalação de um sistema de videovigilância na Vila. Ora, o Grupo do PS pensa que é dever da Câmara debater nesta Assembleia estes e outros importantes problemas. Por isso, esperamos poder analisar e discutir aqui problemas como: Os cinco projectos que foi referido estarem em elaboração sobre o Plano de Requalificação Urbana da entrada da Vila; As referidas transformações das empresas municipais em Fundação e a instalação de sistema de segurança. Este, aliás, não poderá ser objecto de decisão sem a apreciação do Concelho de Segurança Municipal. Esclareça-se, no entanto, que quando falamos em analisar e discutir, não é apenas apresentar uma decisão camarária para ser aprovada, como que homologada, em meia hora. O que pretendemos é que seja feita, em primeiro lugar, e com antecedência, uma apresentação circunstanciada das questões, de forma a ser possível uma análise esclarecida. Nessas circunstâncias e debatidos os vários pontos de vista, estamos certos que conseguiremos obter um consenso entre todos. Consenso que só reforçara uma deliberação que todos desejamos seja de unanimidade. Outra questão importante que não pode ser esquecida é da Recuperação Urbana da Vila para fins habitacionais. Evidentemente que a Câmara é soberana para tomar as decisões políticas que entender na recuperação da malha urbana do burgo. Pode, pois, e os eleitos conferiram-lhe legitimidade para isso, dinamizar, com projectos de edifícios, os espaços criativos que entender, ao que se diz para actividades económicas produtivas e comerciais. Manifestamos mais uma vez a nossa discordância relativamente a essa política. Não concordamos que as casas degradadas dentro de Óbidos, designadamente as adquiridas pela Câmara, venham a ser recuperadas apenas e exclusivamente para fins que não incluam a habitação de famílias do Concelho. A recuperação e requalificação da área habitacional contribuiriam iniludivelmente para a reocupação da Vila, a

revitalização humana da mesma, o combate à desertificação, com a fixação de mais famílias, de preferência jovens, dentro do perímetro histórico. Lembramo-nos nós que, já depois do vinte e cinco de Abril, havia uma exígua cocheira térrea, na Rua do Hospital, onde a Câmara guardava a carroça do lixo. Pois foi dessa arrecadação que se construíram quatro novas habitações onde, ainda hoje vivem outras tantas famílias de funcionários, em condições inteiramente adequadas. E mais exemplos se podiam dar. Queremos em Óbidos famílias e comunidades residentes. Não queremos a Vila transformada apenas num imenso Centro Comercial. Outras questões poderíamos levantar e outras obras e decisões camarárias poderíamos aplaudir. Falta não deixar passar em branco a data histórica dos vinte e cinco anos da criação da Freguesia das Gaeiras. Lembrar, com comoção, a generosidade e o empenhamento de todos os que estiveram nesse processo, pondo à frente de todos José António Pereira Júnior. Regozijarmo-nos com as Bodas de Prata desta Freguesia, é iluminar um marco que a Democracia ergueu no Concelho. Nós não somos os detentores da verdade, nem nos compete dar lições, para o que o eleitorado não nos mandatou. Sem inibições e sem preconceitos, não nos calaremos no cumprimento do que consideramos, em consciência, ser o nosso dever. Tanto serve a “res pública” no poder como na oposição. Nós servimos da forma que o eleitorado nos apontou. O Grupo Municipal do PS.”-----

--- A Senhora Deputada Ana Carvalho perguntou qual era o ponto da situação da instalação das novas bombas de gasolina. Se se confirma o recuo da maioria da Câmara Municipal, ao desistir da instalação das bombas entre a escola Josefa de Óbidos e a Capela da Memória. Se efectivamente isso se comprovar, gostariam de felicitar pela desistência, porque se incluem naquelas pessoas que não concordavam com a localização das mesmas. Perguntou, ainda, quando é que se prevê o funcionamento regular do Complexo Logístico Municipal, com os previstos cento e vinte trabalhadores, quando é que o material que se encontra junto ao antigo quartel dos Bombeiros passa para o Complexo Logístico, quando é que se prevê a aprovação da alteração ao regimento da Assembleia Municipal, para as intervenções do público serem no início da sessão e não no final, porque já é de madrugada, e se é a partir desta sessão que os trabalhos encerram até à meia-noite.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o processo da localização das bombas é conhecido, pelo que não vale a pena estar a repetir. Quando entrar o pedido de licenciamento, ele será devidamente despachado, nos termos da Lei em vigor. Tem havido uma transferência progressiva de vários serviços para o Complexo Logístico. Ainda não está completo, mas muito rapidamente poderá ser finalizado.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que, até ao momento, é a primeira vez que alguém mostra interesse em introduzir alterações ao regimento, na especificidade do público falar em primeiro lugar. Se quiserem apresentar uma proposta formal, no período antes da ordem do dia, de forma a constituir um grupo de trabalho que venha, na próxima Assembleia Municipal, a fazer uma proposta sobre esta matéria, com certeza que existem condições para que isso seja feito.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que já uma vez foi agendada a revisão do regimento. Como não houve urgência, depois não foi reagendado. Talvez não fosse pior pôr a questão da eventual revisão do regimento no período normal dos trabalhos da Assembleia Municipal. Não têm nada a opor que se constitua uma comissão para esse efeito. Junta-se à Senhora Deputada Anabela Corado, bem como o Grupo Municipal do PSD, no merecidíssimo elogio feito ao Professor Fernando Jorge, naquilo que tem que ver com o desenvolvimento e a concretização de um conceito inteiramente novo de escola, que está a ser aplicado em Óbido,s e agora inaugurado com os dois complexos escolares, que não têm nada a ver com as trezentas escolas que foram referidas e que são meras salas de aulas. Estiveram na inauguração das escolas e ficaram impressionados com os espaços, as oficinas, os ateliers, os laboratórios. Fecharam oito escolas

no Concelho para dar lugar a estes dois grandes complexos escolares, sem que tivesse havido qualquer sobressalto. Houve, foi, a congratulação das famílias e das comunidades por terem novos espaços. Não esteve ninguém do Governo nas inaugurações. Corresponde a um investimento de cerca de catorze milhões de euros. Regista, com muito agrado, o voto que a bancada do PS teve, quando se pôs a questão de financiar, intercaladamente, as empreitadas que estavam a ultimar-se. O PS, com um sentido de grande largueza, votou contra o pagamento aos empreiteiros, para que as escolas se iniciassem este ano lectivo. Não só fez isso, como veio agora referir a existência de muitos trabalhos a mais. Pediu à Câmara Municipal que esclarecesse esse efeito, uma vez que a derrapagem orçamental não é verificável nestas duas obras que agora foram abertas. O Município aceitou a transferência dos equipamentos escolares e do pessoal afecto à Administração Central, com a contrapartida, com a garantia da requalificação que urge fazer na escola Josefa de Óbidos e com esse compromisso protocolado pelo Estado com a Câmara Municipal. O mesmo não foi efectivado, não foi realizado. Também os protocolos que existem, referentes ao quartel da GNR e à Loja do Cidadão, não foram efectivados. É com alguma preocupação que registam que vão ser muito atrasados, relativamente àquilo que é o desenvolvimento da nossa gente. Teriam todo o interesse em associarem-se a um voto de louvor, de reconhecimento e de congratulação pela acção do Professor Fernando Jorge. Em relação ao verão, disse que a época balnear teve um reforço acrescido de segurança, tendo sido criado um posto de verão no Bom Sucesso, que teve efeito imediato na segurança daquela gente e uma significativa redução no número de assaltos, sobretudo a viaturas. Além da área da segurança, esteve também presente uma unidade móvel de apoio à saúde. Solicitou que a Câmara Municipal fizesse um balanço da Feira Medieval e do Festival de Ópera. A despesa com a Ópera é bem vinda e merece registo a forma como decorreu o evento.-----

--- A Senhora Deputada Ana Sousa disse que têm conhecimento que na sessão pública da Câmara Municipal de vinte e um de Julho do corrente ano, a maioria da Câmara Municipal terá deliberado nos sentido de só pretender vender metade do terreno que tem servido de estacionamento, junto ao Pingo Doce. Perguntou se está previsto serem submetidas à Assembleia Municipal as propostas de desafecção do domínio público e de infra-estruturas junto ao Pingo Doce, que a Câmara Municipal quer ver incluídas nos estacionamentos obrigatórios do supermercado, bem como da anulação da errada decisão da Assembleia Municipal de ter autorizado a hasta pública do terreno, sobre a qual se pronunciaram desfavoravelmente.-----

--- O Senhor Deputado José Capinha disse que considera que o passado dia onze de Setembro foi um dos dias mais importantes para o Concelho, com a inauguração dos complexos escolares e marcante para as futuras gerações. Choca-o que da parte das outras forças políticas, que têm representação na Assembleia Municipal, tenha havido poucas referências, ou as que houve, foram envoltas num manto de críticas. Os Deputados do PS não se congratulam. Têm de fazer *mea culpa* de toda a falta de apoio, directo e indirecto. Não apoiam as escolas, porque não percebem que os complexos educativos são uma estratégia que o Município delineou há muitos anos, integrada, não só, com a parte escolar, que tem de ser feita, mas também com o parque tecnológico e o turismo. É uma estratégia virada para a sociedade e para os estudantes. Melhor do que os professores, que fizeram as primeiras intervenções, serão as novas gerações que vão ser formadas nestes complexos escolares e que vão permitir que o Concelho de Óbidos seja um Concelho - que é já hoje de futuro - onde tenham futuro. Não estranha as intervenções das outras forças políticas. Registou o facto da Senhora Deputada Maria Cristina Rodrigues ter solicitado uns PowerPoint que o Senhor Vereador Humberto Marques tinha apresentado numa sessão da Assembleia Municipal. Já agora, começam a fornecer também ao PS as suas intervenções, com

um rodapé com as perguntas, ou as críticas, que podem fazer. Têm é que consultar a informação, que é pública, que está disponível, e fazer o trabalho de casa. Não é pegarem em documentos que são fruto do trabalho que os responsáveis têm desenvolvido. Estar a insistir nessa matéria, para depois referirem que não lhes é facultada informação, é falso e demonstra uma grande falta de trabalho naquilo que deveriam fazer.-----

--- A Senhora Deputada Sílvia Saramago deu um sincero voto de parabéns ao Grupo Municipal do PS, porque, num conjunto sintético de linhas, foi lido um comunicado onde, com um brilhante esforço, foi conseguido fazer uma perfeita operação de cosmética, mas ao contrário. Foi feio um ensaio perfeito de como é que numas linhas que cabem numa página A quatro se consegue mascarar aquele que foi, de facto, um investimento brutal e um esforço, do ponto de vista financeiro, do Município, os complexos escolares, falando-se de uma série de *fait divers*, como se andassem a levantar as pontas do tapete para ver que grãos de pó ficaram lá por varrer. O Município de Óbidos foi dos primeiros Concelhos do País a terminar a organização da rede educativa e isso não interessa, obviamente, dizer às pessoas. O fio condutor deste Concelho é, nitidamente, a educação.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que tiveram agendado e previsto numa sessão ordinária da Assembleia Municipal um ponto destinado às alterações ao regimento e não apareceram propostas nenhuma. Se quiserem, pode agendar, com a Mesa, para a próxima sessão, novamente esse ponto.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse, em relação ao lote em frente ao Pingo Doce, que o que houve foi uma proposta de alteração do alvará, que visa aumentar a área do domínio público em relação à área do domínio privativo do Município. Disse que quem falou na videovigilância foi a Senhora Secretária de Estado, pelo que não tem nenhuma responsabilidade. A Secretaria de Estado e o Ministério da Administração Interna estariam interessados em ajudar, para que o Centro Histórico de Óbidos tivesse esse tipo de segurança. Acha que é importante. Não fazer um debate, será elaborado um estudo técnico e haverá uma apresentação pública. Serão mobilizadas as forças vivas da terra, do Concelho, as actividades económicas, a população, as forças políticas, para dizerem se concordam, ou não. É muito importante que todos concordem, que haja um grande apoio a esse projecto. Não faz sentido começar a discutir a coisa em abstracto. As forças de segurança estão a desenvolver a componente técnica e a Câmara Municipal está a dar toda a informação e apoio que pedem. Disse que a Câmara Municipal tem obrigação de continuar a fazer investimentos para alavancar a economia, para ajudar as pessoas que investem, que assumiram os seus riscos. Por mais que haja essa crítica, essa demagogia e essa avaliação permanente e já tão gasta, não terão nenhuma dúvida, nenhuma hesitação em marcar o trabalho do Município nesse sentido. Os fortíssimos investimentos que fazem na educação têm uma abrangência muito grande em termos de qualificação das nossas qualidades. O trabalho é marcado pela resolução de problemas diários que acontecem. Têm uma sociedade com sectores muito frágeis e com muita dificuldade. Criaram muita riqueza que serve essencialmente para distribuir através de muitos dos apoios sociais que têm. O que mais o preocupa, neste momento, é o anúncio, por parte do Governo, de um conjunto de demissões e do abandono e recuo do mesmo, em mais de uma série de áreas. Ou mais uma vez a Autarquia vai assumir as coisas, ou as pessoas vão perder. Irão assumir à medida das possibilidades, por mais que tentem fragilizar a imagem da Câmara Municipal. É tempo de procurarem e de se unirem à volta de alguns projectos e de algumas questões que são realmente importantes. Ouve muito dizer que respeitam o voto, mas no dia a seguir às eleições, a primeira coisa que se faz é pôr em causa quem tem a legitimidade de governar. Não se espera pelo fim dos mandatos para se fazer a avaliação, começa logo a tentativa de enfraquecimento. A sorte é que a falta de credibilidade e o conhecimento dessa estratégia é tão grande que não colhe junto da opinião pública. Se calhar



algumas pessoas que falaram sobre as escolas, não as conhecem. Falam de trabalhos a mais, mas não têm a mínima experiência de gestão de obras, não sabem o que é isso. Trabalham dentro de contenções e de limites que são autorizados pela Lei, Tribunal de Contas, etc..-----

--- Como não houve mais intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

--- PUNTO NÚMERO DOIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO, PAM E PPI PARA DOIS MIL E DEZ (VIGÉSIMA MODIFICAÇÃO): - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número nove mil e trinta e cinco, de treze de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento, PAM e PPI para dois mil e dez (vigésima modificação).-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que atentaram no valor da diminuição da despesa. Apontam esse aspecto como positivo, apesar de ser, principalmente, via receitas de capital, via projecto de remodelação da escola Josefa de Óbidos. Ainda não tiveram acesso a informação sobre a execução orçamental. A posição sobre o orçamento não se altera.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que a revisão sofre poucas alterações, ou nenhuma e o investimento é praticamente nulo. Vota contra.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta da Primeira Revisão ao Orçamento, PAM e PPI para dois mil e dez (vigésima modificação) posta à votação, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor, um voto contra e seis abstenções. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO TRÊS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, DERRAMA, IRS E TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM, PARA O ANO DE DOIS MIL E ONZE: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número nove mil e trinta e quatro, de treze de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama, IRS e Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para o ano de dois mil e onze.-----

--- Como não houve intervenções, foi a Proposta do Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama, IRS e Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, para o ano de dois mil e onze, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO QUATRO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS À QUALIFICA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTORES PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil quatrocentos e quarenta, de dezassete de Agosto do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais.-----

--- A Senhora Deputada Anabela Corado disse que o documento estava subscrito pelo Senhor José Filipe Leitão Ribeiro. Gostava de saber em que qualidade é que ele o faz. Se é na qualidade de produtor, se é na qualidade de membro de algum órgão municipal. Gostava ainda de saber qual era a opinião do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa, relativamente à introdução, à adesão à Associação. Como estão numa época de contenção, perguntou se será indispensável esta adesão.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a avaliação tem de ser feita pela Senhora Deputada e depois transformá-la em sentido de voto. Estão a propor a adesão porque é um projecto, um movimento nacional de defesa dos produtos tradicionais. Existe uma reacção, por parte dos Municípios, no sentido de ajudar a defender um conjunto de sabores, de produtos e

de técnicas, algumas delas artesanais que, face à legislação comunitária, têm sido completamente marginalizadas. Vale a pena fazer este investimento, apoiando, mais uma vez, as pequenas economias e as pessoas que vivem destes pequenos negócios. Fazem também parte não só da economia, como da nossa identidade e da nossa cultura. É uma defesa patrimonial.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à QUALIFICA – Associação Nacional de Municípios e de Produtores para a Valorização e Qualificação dos Produtos Tradicionais, posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO CINCO – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS À FAB LABS PORTUGAL ASSOCIAÇÃO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número nove mil trezentos e setenta e oito, de vinte e dois de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação, a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à Fab Labs Portugal Associação.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que se trata de um projecto inovador. O Município apresentou uma candidatura para a criação de um Fab Labs. É uma oficina base digital, onde as pessoas podem construir os seus protótipos. Podem, através de ideias que têm, alugar um equipamento, produzindo as mesmas. É um projecto que inscreveram no âmbito do parque tecnológico. Óbidos foi convidado para sócio fundador da Associação, que terá como principal objectivo promover e ajudar na gestão e no desenvolvimento destes conceitos em Portugal. Não é preciso um grande investimento. O tipo de público-alvo é, não só, os criativos, mas também desenvolver projectos com as escolas, com as empresas que estão instaladas em regime de incubação no âmbito do projecto do parque tecnológico e aberto à comunidade. É um projecto que estão a construir e pretendem abrir logo no início de dois mil e onze. Vão ser um dos primeiros Municípios a ter um Fab Labs, dando um contributo para que Óbidos apareça na linha da frente destes novos conceitos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à Fab Labs posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SEIS – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS À REC – ASSOCIAÇÃO REDE ECONOMIAS CRIATIVAS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número nove mil trezentos e oitenta, de vinte e dois de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à REC – Associação Rede Economias Criativas.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que esta proposta de adesão vem na sequência da aprovação de uma candidatura que o Município lidera e que envolve um conjunto de Municípios Portugueses. Trata-se de uma grande responsabilidade, na medida em que se está a falar de Municípios como Guimarães, Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho, Tondela, Seia e Fundação Bissaya Barreto, entre um conjunto de outros parceiros. Este projecto tem nove, vírgula, milhões de euros para gerir nos próximos três anos. Este projecto divide-se em projectos individuais e em projectos comuns, que têm que ser desenvolvidos por mais do que um Município. Fizem a primeira reunião em Óbidos e decidiram que a melhor forma de gerir o montante e a carteira de projectos seria criar um veículo específico. O objectivo central é criar um veículo de gestão, na medida em que as Câmaras têm imensas coisas. A segunda reunião irá ser realizada em Tondela. Vão contribuir para que os criativos se cheguem para junto destes Municípios, dado que os financiamentos vão criar condições e equipamentos muito importantes. Óbidos tem a praça da criatividade. O projecto a que a Câmara Municipal se candidatou é a

requalificação de toda a entrada de Óbidos, com uma refuncionalização dos armazéns da EPAC e do sítio onde estão as bombas e o antigo quartel dos Bombeiros e a transformação de uma praça que vai ter uma determinada ligação com as actividades que querem desenvolver junto do Centro Histórico de Óbidos. Não podem perder este financiamento comunitário. Esta associação visa fazer a gestão dos projectos.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta de Adesão do Município de Óbidos à REC – Associação Rede Economias Criativas posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO SETE – APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DO PROTOCOLO INTERMUNICIPAL DA EQUIPA DE SAPADORES FLORESTAIS: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil trezentos e

noventa e cinco, de dezanove de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual aprovação a Proposta do Protocolo Intermunicipal da Equipa de Sapadores Florestais.--

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que queria saber porque razão é que o depósito de abastecimento do Olho Marinho desapareceu. Ainda há pouco tempo veio um helicóptero à Lagoa abastecer-se para apagar um incêndio no Bombarral. Se este estivesse a funcionar era mais fácil abastecer-se e mais rapidamente extinguiram o incêndio.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi a Proposta do Protocolo Intermunicipal da Equipa de Sapadores Florestais posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO OITO – APRECIACÃO E EVENTUAL AUTORIZAÇÃO DA REALIZAÇÃO DE DESPESA DO CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE REFEIÇÕES AO SERVIÇO MUNICIPAL DE REFEIÇÕES DE ÓBIDOS (SMRO): - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos,

número nove mil trezentos e setenta e nove, de vinte e dois de Setembro do corrente ano, remetendo para apreciação e eventual autorização a Realização da Despesa do Concurso Público Internacional para Fornecimento em Contínuo de Refeições ao Serviço Municipal de Refeições de Óbidos (SMRO).-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou quais foram os motivos que levaram a Câmara Municipal a alterar o sistema e o que vai acontecer aos trabalhadores. Informou ainda que, se tiver dúvidas, vota contra.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que o que fizeram foi um acto de gestão. Fizeram um concurso público, respeitando os procedimentos legalmente exigíveis em matéria de contratação. Abriram um concurso, apresentaram um caderno de encargos e querem um serviço de qualidade. Querem fazer o preço certo e que a organização do serviço de refeições seja feita de uma forma onde o sistema de aprovisionamento e controle seja maior. Visa combater o desperdício em matéria de despesa corrente. Os trabalhadores não perdem o vínculo com a Câmara Municipal. Apenas a gestão dos mesmos, para aqueles serviços, é feita por uma equipa especializada para esse efeito, que ainda assegura um preço mais baixo por refeição.-----

Como não houve mais intervenções, foi a Realização de Despesa do Concurso Público Internacional para Fornecimento em Contínuo de Refeições ao Serviço Municipal de Refeições de Óbidos (SMRO) posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PUNTO NÚMERO NOVE – OESTE SUSTENTÁVEL – AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA E AMBIENTE DO OESTE – QUOTA ANUAL, PARA CONHECIMENTO: -

Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número sete mil trezentos e noventa e quatro, de dezanove de Julho do corrente ano, remetendo para conhecimento, Oeste Sustentável – Agência Regional de Energia e Ambiente do Oeste – Quota Anual.-----

- Como não houve intervenções, foi encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----
- PONTO NÚMERO DEZ – PROCOLO E PROMESSA DE DOAÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO – IGREJA DAS GAEIRAS, PARA CONHECIMENTO: - Presente o ofício da Câmara Municipal de Óbidos, número oito mil quatrocentos e setenta, de dezoito de Agosto do corrente ano, remetendo para conhecimento o Protocolo e Promessa de Doação de Terreno para Construção – Igreja das Gaeiras.-----
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a Câmara Municipal, desde o princípio, procurou ajudar a comunidade católica e, nomeadamente a paróquia, da melhor maneira. Para que o processo pudesse chegar a bom termo, entenderam que a melhor solução era fazer uma doação à Câmara Municipal, para depois esta fazer, então, uma doação à Fábrica da Igreja. Este protocolo explica isso e é claro nesse objectivo. Não sabe se também tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal. O objecto é a construção de uma Igreja em Gaeiras. Após esta aprovação, a Fábrica da Igreja terá condições para se dedicar exclusivamente às questões da arquitectura financeira e da montagem da operação da construção. A Câmara Municipal não é promotora nem dona da obra. Têm de ser erguida pela comunidade católica, dando o Município o seu apoio.-----
- O Senhor Vereador Pedro Félix disse que estão em condições de fazer a doação da parte do edificado à Fábrica da Igreja. Está a falar de uma parcela de quatro mil metros, sendo cedidos cerca de mil e cem metros. É preciso agora fazer a desafecção da reserva agrícola e propor a desanexação daquele terreno de uma área de RAN. Posto isto, a Fábrica está em condições de avançar com os projectos.-----
- O Senhor Deputado Eduardo João agradeceu publicamente ao Senhor Vereador José Machado pelo contributo que deu para uma das especialidades que foi necessário entregar para o projecto. Deixou também o seu agradecimento, em nome dos Gaeirenses, por finalmente terem sido criadas condições, ao fim de vinte anos, mais propriamente, depois da colocação da primeira pedra e pergaminho com nomes importantes, para o sonho ser concretizado. Agradeceu ainda ao Município, e em especial ao Senhor Vereador Pedro Félix, pelo empenho que teve para se desbloquear o impasse que se criou com o espaço, mais um, que vai ser cedido, gentilmente, pela família Pinto Bastos, pelos Herdeiros do Senhor Frederico Lupi. Podem, finalmente, como prenda das bodas de prata, dizer à população que se podem empenhar e unir para, sem apoios, avançarem com a obra. Agradeceu ao Município e ao seu Gabinete Jurídico, por se terem empenhado em encontrar uma solução que estava bloqueada e que finalmente permite mobilizar, mais uma vez, e dizer às pessoas que podem arregaçar as mangas e construir esta obra, num momento em que o País assiste ao que assiste, em que é preciso alavancar a economia. É preciso haver quem tenha coragem para o fazer. Têm uma obra orçada em setecentos mil euros, que uma população humilde está disposta a abraçar e a levar para a frente. Agradeceu a todos os que se empenharam.-----
- O Senhor Deputado João Lourenço disse que o protocolo tem uma série de obrigações para a Câmara Municipal. Perguntou, atendendo aos valores, se não seria melhor a Assembleia Municipal votar o mesmo. Ficava mais salvaguardado. Não sabe se os valores envolvidos precisam de vir à Assembleia Municipal.-----
- O Senhor Deputado Custódio Santos perguntou qual era o valor estimado, a suportar pelo Município, nos arruamentos, na rede de abastecimento de água, electricidade, infra-estruturas, telefone, etc..-----
- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que o assunto não está para votação. Primeiro é preciso alterar o ponto, sendo posteriormente votado.-----
- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a alteração da ordem do dia tem de ser feita no período antes da ordem do dia. O que foi sugerido era, à cautela, que se

alguém recorresse para impugnar esta deliberação, com certeza que, no decurso desse processo, do ponto de vista técnico ou jurídico, a acta é um meio de prova que mostra a boa fé da discussão e da parte deliberativa que ficou bem patente nesta deliberação.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que se é para conhecimento, tem que ser alterado o ponto, para passar a ser para votação e aprovação.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que para ser alterado tinham que o ter feito antes de entrarem na ordem do dia.-----

--- O Senhor Deputado João Lourenço disse que a Mesa classifica os documentos que entram conforme entende. A Mesa classifica isto como sendo o aparecimento de um documento que deverá ser submetido à aprovação.-----

--- O Senhor Deputado José Botelho disse que continua a ser para conhecimento. A Assembleia Municipal quis associar-se à votação da Câmara Municipal e dá-lhe a aprovação. É para conhecimento, sendo, no entanto, aprovado pela Assembleia Municipal.-----

--- O Senhor Deputado Custódio Santos disse que nada disto corresponde à realidade e não obteve resposta sobre as perguntas que formulou, porque ainda não sabem. Vai abster-se na votação.-----

--- Como não houve mais intervenções, foi o Protocolo e Promessa de Doação de Terreno para Construção – Igreja das Gaeiras posto à votação, como proposta, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e sete votos a favor e uma abstenção. Aprovado em minuta por unanimidade.-----

--- PONTO NÚMERO ONZE – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM A ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM A REDACÇÃO DADA PELA LEI NÚMERO CINCO A, BARRA, DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO: - O Senhor Deputado João Lourenço saudou a Câmara Municipal por ter entregue o relatório dos processos pendentes, que agradece. Pediu que se houver intervenções do público que não sejam só perguntas, como a Lei manda, ou comentários da Mesa ou da Câmara Municipal, que não sejam só respostas, e no caso de alguém se sentir criticado ou atingido, que lhe seja dada a possibilidade de responder ou de se defender.-----

--- O Senhor Deputado João Maria Lourenço disse que é apresentada a data do valor de dívida a fornecedores de trinta de Agosto. Esta data é correcta, ou não. Se é correcta, porquê o mês de Agosto. Durante esta legislatura os valores apresentados foram sempre referentes ao dia da Assembleia Municipal. Porque não o valor a trinta de Setembro, que é hoje e condiz com o fim do trimestre. Perguntou qual era o valor nesta data.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que não faz estas informações, são os serviços técnicos. A data é para ser rigorosa ao movimento contabilístico. Todos os dias flutua. Hoje não lhe sabe dizer o valor. Poderá indicá-lo posteriormente. É sempre criada uma data, porque isto não se arredonda. Deve ter sido por ser o fim do último mês, anterior a esta Assembleia Municipal.-----

--- PONTO NÚMERO DOZE – PERÍODO FORA DA ORDEM DO DIA – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: - Foi dada a palavra aos Munícipes presentes.-----

--- Usou da palavra a Munícipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha, residente em Óbidos. Disse que tinha cópia da denúncia da Câmara Municipal, que deu entrada no Ministério Público do Tribunal de Caldas da Rainha, com data de vinte e quatro de Novembro de dois mil e cinco, tendo pedido explicações sobre a mesma.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse que a Munícipe deve colocar questões e aguardar que a Mesa peça ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder

às mesmas. Não é a Muniçipe que gere o tempo disponível, nos termos do Regimento.-----

--- A Muniçipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha questionou sobre o sistema de televisão por cabo, praga em plantas e piso da Porta da Senhora da Graça.----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que a situação da Muniçipe refere-se a uma queixa que foi apresentada pelo Município, devido ao facto de em dois mil e um, quando fazia parte da Mesa da Assembleia Municipal, se ter apropriado de um computador portátil. Os serviços jurídicos entenderam, após várias diligências, que o Presidente da Câmara Municipal tinha obrigação, por Lei, de comunicar, de denunciar a situação aos serviços do Ministério Público. O computador foi devolvido um ano depois, estragado.-----

--- O Muniçipe Carlos Queiroz, residente em A da Gorda, disse que recebeu uma resposta sobre a rotunda da Senhora da Luz. Continua a dizer que tem uma tangente à rotunda. Sobre o condomínio das Palmeiras disse que recebeu uma informação, dando conta que o mesmo não tem captação de águas pluviais. Perguntou como é que tem uma licença de habitabilidade, com as águas pluviais captadas nos telhados a correrem para a rua, bem como a das máquinas de lavar, dos lava-louças, etc.. Tem um canal de água podre à frente da sua casa. Como é que é aprovado um projecto, que tem oito casas, com a água a correr para a rua. Sobre as duas torres de iluminação que estariam à porta do condomínio, não obteve resposta. Os muros têm as fundações à mostra. Têm três caixotes do lixo que também estão a ser utilizados pela urbanização vizinha. O lixo está uma semana para ser recolhido. Recebeu uma informação dizendo que a sua caldeira foi transportada para os armazéns, para reavaliar o seu estado, pela Câmara Municipal, com indicação de que não tendo reparação se destinava a ser depositada no lixo. Informaram, ainda, que esta se encontrava em mau estado de conservação, não sendo possível avaliar se a avaria foi provocada pelo sistema de abastecimento de água do Município. Não é ao fim de dois anos que se consegue avaliar a origem da avaria. Uma semana após a avaria, entregou um relatório técnico, com a indicação da mesma, e o respectivo orçamento. O Senhor Vereador Pedro Félix tem conhecimento da situação. Perguntou se a Câmara Municipal iria pagar, ou não, a caldeira. Se não for paga está a ser roubado.-----

--- A Muniçipe Isabel Maria Lobo de Azevedo Noronha disse que o processo-crime não se refere a um computador portátil, mas sim a quantias que, eventualmente, teria metido ao bolso, coisa que nunca fez. O processo-crime foi arquivado. Entregou cópia do arquivamento final à Mesa da Assembleia Municipal. Solicitou resposta às outras questões.-----

--- O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que este Executivo não tem nenhuma responsabilidade na licença de habitabilidade que lhe foi conferida. É um trabalho que foi conduzido pelos Executivos anteriores, sendo destes a responsabilidade. A entidade é a mesma, mas os responsáveis não. Teve um problema com uma caldeira e queria que a Câmara Municipal a pagasse. Este não é o sítio para se pôr este tipo de questões. Tem canais próprios para procurar justiça. Se tivesse direito a isso, a Câmara Municipal teria que honrar essa sua obrigação. Tecnicamente não lhe deram razão. Vão verificar no terreno a questão dos contentores do lixo. Toda essa agressividade é um tanto ou quanto exagerada. Tem de ser justo e procurar ser equilibrado e correcto naquilo que diz. Não lhe admite que venha para um órgão público insultar aqueles que trabalham para o povo. Não respeitou a ausência do Vereador. Veio insultá-lo e não lhe deu a possibilidade de se defender.-----

--- O Muniçipe Carlos Queiroz disse que veio à Assembleia Municipal porque não tinha conseguido resolver nada, no devido tempo. A Câmara Municipal é sempre responsável e não pode dizer que isso foi com os outros porque, quando assume as suas funções, assume tudo. Pediu desculpa pelas suas palavras mais exaltadas.-----

--- Não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e trinta e cinco minutos, do dia um de Outubro do

corrente ano. E eu, Celeste Maria Ferreirinho Afonso, Segundo Secretário desta Assembleia Municipal, lavrei esta acta que vou assinar.-----